

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA DE HISTÓRIA**

CLARA MELLO COSTA

**DITADURA CIVIL-MILITAR E MEMÓRIA: A VISÃO DA
DITADURA BASEADA NA PERSPECTIVA DE DOIS SUJEITOS
HISTÓRICOS**

GOIÂNIA

2021

CLARA MELLO COSTA

**DITADURA CIVIL-MILITAR E MEMÓRIA: A VISÃO DA
DITADURA BASEADA NA PERSPECTIVA DE DOIS SUJEITOS
HISTÓRICOS**

Monografia apresentada à Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História, sob orientação da Prof^a. Dr.^a Maria Cristina Nunes Ferreira Neto.

GOIÂNIA

2021

Mello Costa, Clara.

Ditadura Civil-Militar e Memória: a visão da Ditadura baseada na perspectiva de dois sujeitos históricos/Clara Mello Costa. – Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades. PUC GO, 2021.

63f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades. PUC GO, 2021.

Orientador(a): Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
Avaliador(a): Me. Antonio Luiz de Souza

1. Ditadura. 2. Memória. 3. História. 4. História Oral. I.
Título.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Monografia nº _____ Semestre 2021-2

Autor: Clara Mello Costa

Título: Ditadura Civil-Militar e Memória: a visão da Ditadura baseada na perspectiva de dois sujeitos históricos.

TERMO DE APROVAÇÃO

O trabalho foi apresentado durante a **XIV Semana Científica de História**, realizada entre 29 de Novembro e 04 de Dezembro de 2021, conforme as “Normas de Monografia” da Coordenação de Pesquisa em História, instituídas pela Coordenação de História por intermédio do Ato Próprio Normativo nº 001/2017. A candidata foi arguida pelos docentes nomeados abaixo e seu trabalho de conclusão de curso, requisito parcial para a obtenção do título de Professora Licenciada em História, considerado:

APROVADA com CONCEITO A.

Goiânia, de 11 de Dezembro de 2021

Orientador:

Prof^a. Dr^a. **Maria Cristina Nunes Ferreira Neto**

Banca Avaliadora:

Prof^a. Me. Antonio Luiz de Souza

CLARA MELLO COSTA

**DITADURA CIVIL-MILITAR E MEMÓRIA: A VISÃO DA
DITADURA BASEADA NA PERSPECTIVA DE DOIS SUJEITOS
HISTÓRICOS**

Monografia apresentada à Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA

Examinadores:

Me. Antônio Luiz
de Souza

Orientadora:

Dr^a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

GOIÂNIA

2021

Dedico aos meus professores, familiares e amigos

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse
estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar

Compositor: Francisco Buarque De
Hollanda

AGRADECIMENTOS

A seguinte monografia, em toda a sua totalidade, formação e desenvolvimento contou com a ajuda de muitas pessoas.

A priori, agradeço a Deus que desde sempre me ajudou e deu todo o suporte necessário à vida e à manutenção desse trabalho e curso. Agradeço à minha família que me deu todo o apoio desde sempre até a conclusão do curso.

Agradeço à minha orientadora profa. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto que me orientou e norteou, apresentando-me bibliografias pertinentes ao meu estudo, e que aceitou orientar este trabalho. Ao prof. Antônio Luiz de Souza, que compõe minha banca e me orientou no projeto que daria forma a este trabalho, a quem tenho enorme agradecimento.

Agradeço ao Sr. Antônio Eustáquio Coelho e ao Sr. Juarez Costa Barbosa, sem estes ilustríssimos senhores o trabalho não se comporia, já que eles me deram seu tempo, concedendo-me entrevistas que formariam toda a ideia do trabalho.

Enfim, agradeço, além dos que foram citados, a todos que passaram e contribuíram de alguma maneira pela minha vida e carreira acadêmica, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta monografia apresenta um estudo sobre a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 a partir de entrevistas com duas pessoas que vivenciaram o regime, de maneiras diferentes. O objetivo desse trabalho é contribuir para a formação acadêmica e mostrar, através dessa pesquisa e entrevistas, a memória dos entrevistados, além de entender o que foi a Ditadura, perceber o que é a memória e como a mesma pode influenciar na representação da História. No trabalho foram utilizadas metodologias subsidiadas na História Oral e na História do Tempo Presente, mostrando as características e problemáticas da memória relacionando a memória dos entrevistados com os acontecimentos do período estudado, apresentando suas visões e representações sobre a Ditadura.

Palavras-chave: Ditadura; Memória; História; História Oral.

ABSTRACT

This monograph presents a study of the Civil-Military Dictatorship of 1964-1985 based on interviews with two people who experienced the regime in different ways. The objective of this work is to contribute to academic training and show, through this research and interview, the memory of the interviewees, in addition to understanding what the Dictatorship was, realizing what memory is and how it can influence the representation of History. In the work, methodologies subsidized in Oral History and in the History of the Present Time were used, showing the characteristics and problems of memory relating the memory of the interviewees to the events of the studied period, presenting their views and representations about the Dictatorship.

Keywords: Dictatorship; Memory; History, Oral History

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: HISTÓRIA E MEMÓRIA	17
1.1 OS DEBATES SOBRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO	18
1.2 A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E A HISTÓRIA ORAL	21
1.3 A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985).....	25
CAPÍTULO II: A MEMÓRIA DA REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL-MILITAR AO OLHAR DE DOIS SUJEITOS HISTÓRICOS.....	28
2.1 OS ANTECEDENTES DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	28
2.1 A RESPOSTA DO GOVERNO ESTABELECIDO: A REPRESSÃO E A VIOLÊNCIA.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS	47

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico, composto por dois capítulos, o primeiro intitulado História e Memória e o segundo A Memória da repressão na Ditadura Civil-Militar ao olhar de dois sujeitos históricos, tem como propósito analisar o regime de 1964 a partir de relatos de dois entrevistados que vivenciaram o regime estabelecido no Brasil após o golpe civil-militar, porém, vivido e interpretado de maneiras diferenciadas. Enquanto Antônio Eustáquio Coelho fazia parte do alunado do Colégio Lyceu de Goiânia, Juarez Costa Barbosa compunha o corpo docente da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O trabalho para a conclusão do curso de Licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) possui o escopo de analisar, estudar e entender à luz das entrevistas realizadas bem como o estudo de artigos e livros, o que foi a Ditadura Civil-Militar no Brasil. A pesquisa conta com entrevistas que exteriorizam perspectivas e interpretações de duas pessoas que viveram o período e tiveram experiências diferentes, enquanto Barbosa não se envolveu em questões ou movimentos políticos, talvez por ser um funcionário público; Coelho, um jovem estudante, se envolveu como militante de um movimento contra o regime de 1964, que durou 21 anos, pois findou-se apenas em 1985. Destaca-se neste estudo a repressão do regime por parte dos militares, apoiados por categorias civis para com os seus opositores.

Sabe-se que o regime militar teve o comando de sucessivos governos militares¹. Em 1964, no cenário da Guerra Fria, alegando um crescente medo de um regime comunista eminente se instalar no Brasil, na época, sob a liderança do presidente João Goulart (também conhecido como Jango), os militares, apoiados pelos Estados Unidos, a imprensa, o empresariado e a classe média tomaram o poder através de um golpe de Estado. Por isso, atualmente, os estudiosos afirmam que a ditadura aqui estabelecida de 1964 a 1985 deve ser chamada de civil-militar, já que foi exercida tanto pelos militares como pelos civis. A direita creditava que o pensamento e as Reformas de Base² do governo de Goulart para resolver a crise

¹ Castello Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979),

Figueiredo (1979-1985).

² Reformas agrárias, bancária, fiscal urbana, administrativa e universitária. Tais reformas tinham o objetivo de reestruturar as questões da sociedade, como questões políticas e econômicas.

conjuntural que o país vivia, sobretudo aquelas que diziam respeito a reforma agrária, tinham o objetivo de implementar um regime comunista no Brasil, o que assustava a parte mais conservadora da sociedade brasileira.

Em 19 de março de 1964, aconteceu na cidade de São Paulo a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que contou com a participação de cerca de 500 mil pessoas que protestavam contra o presidente João Goulart e que apoiaram, em seguida, o golpe em 31 de março de 1964, golpe que se transformaria em um período repressivo à esquerda brasileira, e contou com o financiamento dos EUA. De acordo com o Marcos Napolitano, em seu livro “1964: História do Regime Militar Brasileiro”:

Jango enfrentou crises políticas a partir de sua conturbada posse, e prometia reformas sociais, econômicas e políticas que deveriam tornar o Brasil um país menos desigual e mais democrático. Mas a direita não via a coisa desta maneira. Jango era visto como amigo dos comunistas, incompetente em questões administrativas, irresponsável como homem político que incrementava a subversão, enfim, um populista que prometia mais do que poderia dar às classes populares. (NAPOLITANO, 2014, p.3).

Após a leitura deste excerto, é possível perceber que Jango era criticado pelas classes dominantes e visto como um populista devido às suas propostas de reformas do sistema brasileiro, sendo as mais comentadas as reformas agrária, eleitoral, universitária, tributária e bancária.

O período da Ditadura Civil-Militar, de início, no discurso de militares, duraria apenas um ano, visto que anunciavam que logo após “arrumarem a casa”, o país seria “devolvido” aos civis, juntamente com a democracia. Entretanto, a ditadura perdurou por muito tempo.

Este estudo procura apresentar a questão da memória³, considerando o seu conceito e suas problemáticas, partindo do pressuposto de que a memória, que pode ser coletiva ou individual, é um lugar onde se armazenam lembranças e informações vividas ou obtidas através de histórias contadas por outros. Além de mostrar como a memória é dada e transmitida, ela também tem o seu reverso, o esquecimento. Foram apresentadas entrevistas de duas pessoas que viveram de diferentes formas a época do Regime Militar, com a finalidade de entender

este período, sob perspectivas diferentes, as experiências e as maneiras de enxergar aquela realidade, que duramente se estabeleceu no país por 21 anos.

A problemática do trabalho explora a importância da memória como campo de tensão na sociedade contemporânea. Segundo Neves (2012), o direito à verdade deve ser visto como um elemento fundamental para a reparação das vítimas das gravíssimas violações dos direitos dos cidadãos. Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso, em “A repressão da ditadura militar durante o período de transição (1974-1979)”, mostra que o objetivo do seu projeto é analisar a repressão política exercida pelo Estado e comenta a transição iniciada, além de comentar os políticos cassados pela ditadura civil-militar. O estudo do autor explicita como foi essa repressão, opressão e censura marcada pela violência dos militares. Esta monografia apresenta como era feita essa repressão em uma das entrevistas com Eustáquio, que nos relata a um pouco do horror da ditadura quando foi preso pelos militares por estar palestrando e expondo sua opinião a respeito do que ele acreditava, de acordo com seus ideais.

O trabalho tem como objetivo geral mostrar esse momento em foco sob as perspectivas de dois entrevistados: Antônio Eustáquio Coelho e Juarez Costa Barbosa, procurando elucidar como era viver sob uma Ditadura Civil-Militar nas representações desses personagens, de acordo com suas memórias. De forma que o trabalho também visa mostrar a questão da memória bem como assinalar sua importância e como ela interfere na construção da História do Tempo Presente.

Para além disso, são objetivos específicos desta monografia: entender o que foi a Ditadura Militar, perceber o que é a memória e como a mesma influencia a representação da História, dar visibilidade ao pensamento de personagens que viveram o período e relacionar a memória com os fatos ocorridos durante a ditadura.

Os dois entrevistados viveram o período do Regime Militar, porém, de diferentes formas. Enquanto Antônio Eustáquio, como estudante secundarista, militou contra a ditadura, participando da resistência através da AP (Ação Popular), Juarez Barbosa, que era professor na Universidade Federal de Goiás nesse momento, manteve-se neutro, relata-nos como era ministrar aulas em uma instituição federal, em meio a tanta vigilância, repressão e opressão do regime estabelecido.

A monografia procura apresentar como a Ditadura Civil-Militar interferiu na vida dessas duas pessoas que viveram o regime ditatorial, de modo a entendê-la, destacando os momentos marcantes da vida política desses dois sujeitos históricos, no caso de Antônio Eustáquio que lutou contra o regime e foi pego pelos militares, quando ocorreu sua prisão. Eustáquio nos conta que chegou a ser espancado e teve seu dedo mindinho da mão cortado por uma baioneta.

Para retomar essas experiências vivenciadas pelos entrevistados, utilizou-se, nesse estudo, das técnicas de pesquisa em História Oral como uma ferramenta que nos possibilita abordar a memória por meio de relatos de histórias de vida orais, o que é importante porque visibiliza personagens que foram ou estão esquecidos na escrita da História do Brasil.

Devido o atual momento extraordinário em que vivemos motivado pela pandemia do Coronavírus, as entrevistas foram realizadas por meio de aplicação de questionários. Aos entrevistados foram feitas perguntas como, por exemplo, o que estavam fazendo em 1964 durante o golpe civil militar?, bem como perguntas distintas que foram feitas para ambos. Mais do que isso, foi possível a compreensão de acontecimentos históricos sob duas perspectivas diferentes.

Assim, o estudo, respaldado pelas entrevistas, analisa essas duas experiências distintas com respeito a ditadura. As entrevistas prévias objetivaram coletar informações para descrever, exemplificar e explicar como era viver no período da Ditadura no Brasil. Essa metodologia de pesquisa foi influenciada pelos estudos de Álvaro de Britto Júnior e Nazir Feres Junior em “A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos” (2011) que assinala a importância da entrevista e como ela pode trazer consequências satisfatórias à pesquisa. Segundo os autores, a entrevista desempenha um papel de fundamental importância para o melhor desempenho de um trabalho científico.

De acordo com Ribeiro (2008), a entrevista seria a técnica mais oportuna para que se possa chegar à eficácia de um conteúdo sistemático de conhecimentos, o que deve significar que vai além da questão das ações.

A entrevista trabalhada nesse estudo é a chamada entrevista focalizada, que parte de sua denominação quando enfoca um tema bastante específico. Nela, segundo Álvaro de Britto Júnior e Nazir Feres Junior (2012), é falado sobre o tema e é feita com pessoas que passaram por alguma experiência em comum.

Segundo corroborado por Gil (1999), a entrevista focalizada é tão livre quanto a informal, porém, com um tema específico.

Assinala-se que uma das hipóteses apresentadas nesta pesquisa, apesar de óbvio para os historiadores, é mostrar que a Ditadura Militar de fato existiu, já que esse é um ponto muito discutido atualmente e ainda é considerado polêmico. No deslinde da questão ditatorial, outro ponto importante é perceber como essas pessoas, os entrevistados, enxergam os atuais jovens que, mesmo sem terem vivido ou sem conhecimentos mais profundos ou pesquisas efetuadas, apoiam um período que mal conhecem. Por isso, este trabalho procura mostrar como foi a repressão, a opressão e a censura marcada pela truculência dos militares, por exemplo, quando em um de seus relatos, Antônio Eustáquio, nos fala sobre o seu medo da ditadura ao ser preso pelos militares por estar palestrando e expondo a outros estudantes sua opinião a respeito do regime estabelecido após 1964.

Portanto, de acordo com essas duas entrevistas e com o suporte de uma bibliografia específica sobre o tema em questão, foram analisados alguns aspectos do contexto histórico da Ditadura Civil Militar, registrando a memória da resistência política em um período de exceção no país, em que a História deve ser mostrada e estudada.

Nesse sentido, o trabalho procura contribuir para a formação acadêmica e para fins de conhecimento histórico. Não obstante, espera-se que a monografia possa contribuir para futuras pesquisas acadêmicas.

CAPÍTULO I: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Quando se pensa em memória é de praxe atentar-se para o fato de que ela é lacunar, individual e mutável, além de subjetiva e seletiva. Lacunar porque quando se expõe um relato sobre algum acontecimento, pode ser que falte informações, seja por esquecimento ou pela seleção dessas memórias, por isso a memória, também, pode ser seletiva. Para além disso, Pollak (1999) a caracteriza como flutuante. Para constatação desses aspectos da memória, basta olhar o dia a dia e buscar compreender que o ser humano não costuma se lembrar com certeza e clareza de cada acontecimento, aquilo que realmente ocorreu em sua vivência. Neste capítulo será discutida a memória na História, demonstrando como as fontes orais são importantes e como podem ser construídas pelo historiador a partir de memórias, lembranças e relembrações exteriorizadas em relatos de experiências de vida.

Outrossim, em “História do tempo presente e ensino de História”, Lucília de Almeida Neves Delgado e Marieta de Moraes Ferreira (2013) mostram os desafios que existem quando se diz respeito ao estudo da História do tempo presente assinalando que, no decorrer da História, sofreu preconceitos por ser um tema de difícil estudo para os especialistas. Sobre a História do tempo presente as autoras afirmam que:

No caso da história do tempo presente, a essa profusão de fontes agrega-se a possibilidade que tem o historiador de produzir, ele mesmo, fontes documentais para investigações, suas e de seus colegas pesquisadores. A título de exemplo, cabe ressaltar a metodologia de história oral e a produção de fontes iconográficas. (DELGADO, FERREIRA; 2013, p.28).

Nesse sentido, o historiador deve analisar suas fontes, já que as fontes orais podem ser de memórias individuais ou de memórias coletivas, sabendo que elas são e podem ser alteradas. O capítulo trata a respeito do uso da memória e da História no tempo presente, trazendo à luz a Ditadura Civil-Militar através dessas anamneses.

1.1 OS DEBATES SOBRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

A primeira parte deste capítulo discorrerá a respeito da História, Memória e Esquecimento, fundamentando sobretudo no conceito de História bem como no conceito de memória. Delgado e Ferreira (2013), em seu estudo, afirmam que o historiador precisa ter domínio do tema, ou seja, ter o conhecimento sobre o assunto que será abordado.

No limite, o que parece claro é a necessidade de o professor dominar múltiplas linguagens, múltiplos conteúdos que ajudem o aluno a entender processos e desenvolver um senso crítico, e a história do tempo presente é um espaço privilegiado para esse exercício. (DELGADO, FERREIRA; 2013, p.32).

Pollak (1992), em “Memória e Identidade Social”, caracteriza a memória como flutuante, isto é, ela não é solidificada. Seja ela individual, seja e ela coletiva⁴, a memória é construída e constituída. Para o autor, a memória opera um trabalho de manutenção e continuidade. Para apresentar esses atributos da memória, Pollak (1992) exemplifica citando como o Partido Comunista coadunou a história e a memória, já que o Partido foi continuamente reorganizado, e por isso há uma reescrita da história do Partido e da História de forma geral, o que permite afirmar que é

[...] óbvio que a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. Por exemplo, hoje podemos abordar o problema da memória de modo muito diferente de como se fazia dez anos atrás. Temos novos instrumentos metodológicos, mas sobretudo, temos novos campos. (POLLAK, 1992, p.8).

Como foi mencionado o Partido Comunista (PC), vale ressaltar a fala de um dos nossos entrevistados, o professor Juarez, que relata lembranças de como ocorriam as reuniões do Partido Comunista na casa de sua família, na sua cidade natal no interior de Goiás, Catalão, entretanto, muito antes de 1964, provavelmente quando o PC foi colocado na clandestinidade durante o Estado Novo. Em suas palavras podemos observar como se dava a perseguição ao partido e a seus simpatizantes:

⁴ Individual ou coletiva no sentido de pertencer a uma pessoa apenas ou a um determinado grupo de pessoas.

Lembro exatamente e tenho muito orgulho disso. A gente morava em Catalão e em 1951, e chegamos em Goiânia. O Partido Comunista de Catalão era muito forte. E tinha o Cipriano que fazia reuniões periódicas do partido realizadas na minha casa. Na sala, era fixada na parede a imagem do Luís Carlos Prestes. E ali se tomavam as decisões do Partido. Inclusive o seu avô (vale ressaltar que Juarez é meu tio paterno) era candidato vereador pelo partido e foi exatamente essa a causa da mudança para Goiânia, pois atentaram contra a vida dele. Inclusive ele apresentou um projeto polêmico na câmara que foi quando tentaram contra sua vida. Seus companheiros se armaram e foram defendê-lo e eu me lembro deles, José Clementino Borges simpatizante do partido. E o outro, Doutor Jaci Campos Neto, prefeito de Catalão, preso pelo regime e morreu logo depois, uma grande pessoa. Esses dois, com mais alguns companheiros, foram armados. Meu pai tinha cultura e lia muito, foi um membro muito importante do Partido Comunista. (BARBOSA, entrevista à pesquisadora, 2021).

Quando Marcos Napolitano (2014) escreve “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção de memória sobre o regime militar brasileiro”, comenta o fato de que a utilização da fonte oral e da memória, no caso da ditadura, começou durante o regime. Napolitano (2014) não entende a memória como hegemônica, ou seja, soberana, com uma certa preponderância. Por isso, ele a define como, em muitas vezes, contraditória e dinâmica, devido ao fato de que a memória pode se contradizer quando, por exemplo, é coletiva. Já que uma pessoa pode se lembrar de um fato enquanto outra pode esquecer ou lembrar de determinados pontos, e a outra pode focar sua lembrança em outros aspectos e pontos de um mesmo acontecimento.

Sabe-se que a história pode ser considerada uma progressão que ocorre com o passar do tempo, o que implica em mudanças que alteram a percepção da mesma. Nessas mudanças que existem em todo o momento em que se passa a história, a memória é alterada, pois pode ser mudada ou perdida e/ou esquecida.

Portanto, é importante ressaltar que o esquecimento, em especial na memória individual, pode ser caracterizado como um mecanismo de defesa. Isso quer dizer que uma pessoa, por uma determinada razão, pode esquecer de um momento ou um marco importante de sua existência.

Além dessas mudanças e esquecimentos da memória, como afirma Polack (1999), a memória também é seletiva, e podemos perceber essa particularidade no relato de Eustáquio, quando destaca um acontecimento que vivenciou no Lyceu de Goiânia, colégio em que estudava:

Uma determinada noite organizamos uma manifestação que iria sair do Lyceu (o colégio Lyceu era o carro chefe do movimento estudantil em Goiânia). A repressão (a polícia) soube da manifestação e fechou o colégio, cercando o Lyceu. Ninguém saía, e ninguém entrava. Acredito que não houve invasão do Lyceu porque o cerco tomou dimensão muito grande. A imprensa de todo País estava presente. Toda ação policial era registrada. Se a invasão tivesse ocorrido muita gente teria morrido naquela noite. Por fim, foi feito um acordo com um oficial do Exército e saímos. Ninguém foi preso ou morto.

Inclusive eu que mesmo não estudando no período noturno estava lá, à noite, o que poderia gerar dúvidas ou questionamentos. (EUSTÁQUIO, entrevista à pesquisadora, 2021).

Como podemos observar, Eustáquio selecionou suas memórias mostrando os acontecimentos que melhor construíssem sua imagem, deu ênfase ao Colégio Lyceu em que estudava, criando uma certa linearidade e coerência à sua narrativa, mostrou o quanto foi destemido ao enfrentar os policiais. Comentou que todo o país estava presente com sua imprensa colocada ali, esperando qualquer atitude dos estudantes e dos militares.

Porém, quando perguntado sobre esse mesmo acontecimento ocorrido no Colégio Lyceu ao nosso outro entrevistado, o professor Juarez, disse que nunca tinha ouvido falar dessa noite supracitada:

Nunca ouvi falar dessa noite. Mas me lembro que, quando lecionava no Lyceu, aviões vieram com voo rasante em direção a Praça Cívica e a gente tinha a impressão de que iria alcançar a escola. Me lembro bem da secretária do Lyceu que desmaiou. Foi um momento de horror. Na Praça Cívica, havia pessoas defendendo o governador Mauro Borges e os aviões tinham o objetivo exatamente de assustar quem estava na manifestação. (BARBOSA, entrevista à pesquisadora, 2021).

Como podemos ver, Juarez, em suas lembranças lembrou do mesmo colégio, entretanto, de outro fato ali ocorrido, o que demonstra como a memória de um sujeito pode se diferenciar da memória de outro, não que a memória seja mentirosa, mas a pessoa que rememora um acontecimento destaca o que achou mais interessante ou o que foi mais marcante para ela.

As memórias da ditadura no Brasil (1964-1985) também são diversas. Para os militares e alguns civis ela é lembrada como uma “revolução democrática”, entendida como um período que teria trazido de volta a ordem ao Brasil e que foi signatária do pedido da população, a exemplo da Marcha com Deus pela Liberdade, e por isso a ditadura foi um regime democrático. Para além disso, é entendido por muitos que no período houve um desenvolvimento econômico marcado, em contrapartida, por uma alta da inflação.

Para os historiadores, esse período da história recente do país nos traz inúmeras possibilidades de estudos que podem ser realizadas pelos depoimentos orais de pessoas que viveram o período, como está sendo apresentado neste trabalho por meio de entrevistas. Portanto, essa metodologia vai além da valorização da memória e da técnica da História Oral que, atualmente, tem uma legitimidade científica mesmo que tratemos de um passado ainda muito recente, isso acontece porque muitos historiadores e estudiosos da História Oral a

consideram legítima.

De acordo com Araújo e Santos (2007), os impasses entre o esquecimento e a memória estão presentes em debates sobre a divulgação e preservação relacionado à história como revolução, guerras e opressões políticas. Para as autoras, o que diz respeito ao passado seria uma forma de negociação realizada no presente com o objetivo de tornar essa procura pelo passado. Sobre isso, as autoras concluem que:

As ditas objetividade e neutralidade de abordagens que procuram reconstituir o passado a partir dos métodos e rigores da ciência podem se constituir em novas formas de controle. Em suma, a intenção de entrelaçar interpretações diversas sobre história, memória e esquecimento teve como objetivo mostrar que há várias formas de lidar com o passado e que todas elas envolvem interesse, poder e exclusões. A política da justa memória precisa se equilibrar entre a obsessão pelo passado e as tentativas de imposição do esquecimento. (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p.109).

Portanto, os debates acerca da História, da memória e do esquecimento como elucidado no título, são de extrema importância para o estudo da História, e por isso será abordado no tópico seguinte em diálogo com a História do Tempo Presente com a História Oral.

1.2 A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E A HISTÓRIA ORAL

A História do Tempo Presente e as técnicas da História Oral tem ganhado importância na academia e nos estudos da História como disciplina e ciência.

A respeito da História Oral, Fiorucci (2010) chama atenção para o seu surgimento e suas possibilidades:

Já foi dito que a história oral surgiu juntamente com as novas concepções historiográficas dos anos 1960-1970, principalmente ligada à “história dos de baixo”, à volta do acontecimento e a valorização do indivíduo. Enfim, ligava-se à nova linha de estudos culturais que se afastava dos estudos puramente estruturais e quantitativos, levando em conta novos objetos, metodologias e fontes. Philippe Joutard explica que a história oral apareceu com três inspirações iniciais, que seriam: 1) ouvir a voz dos excluídos; 2) trazer à tona as realidades indescritíveis; 3) testemunhar as situações de extremo abandono. Nesse sentido, dava força àqueles que não a tinham e possibilitava revelar o que não se encontrava nos documentos escritos. (FIORUCCI, 2010, p. 7).

De acordo com Pollak (2014) em “Memória e Identidade Social”, a memória pode ser caracterizada como mutável e flutuante. Para o autor, os elementos que fazem parte da memória, seja ela individual ou coletiva, são primeiramente acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo, está o acontecimento em que um grupo tem a sensação de pertencimento. Exemplo disso é quando um sujeito que não viveu um determinado acontecimento do passado, ouve o relato desse acontecimento feito por um indivíduo testemunha que o viveu. Em seguida, esse sujeito que ouviu o relato desse acontecimento, passa a narrá-lo para outras pessoas que lhe são contemporâneas, ou seja, são narrativas sobre acontecimentos que nem um nem outro que ouviu a vivenciou, mas que chegaram a eles por lembranças “herdadas por tabela” (POLLAK, 2014), contadas por personagens contemporâneos a elas. O sujeito não viveu a experiência ocorrida, apenas ouviu falar sobre ela de alguém que a viveu.

Vale ressaltar que a memória se relaciona com a busca de identidades individuais e coletivas na contemporaneidade, quando é sabido que a memória não se refere apenas a vida física do sujeito, como ressaltava Pollak (1999), a memória tem aspectos subjetivos e não empíricos, portanto, “a memória é um fenômeno constituído” que pode ser consciente ou inconsciente. Para Pollak (1999), na identidade há três elementos essenciais: a unidade física, a continuidade que se dá no tempo e o sentimento de coerência. De forma que a memória não é empírica, sólida, que possa ser tocada ou vista, a memória é subjetiva porque suscita sensibilidades. Levando em conta a subjetividade como um de seus atributos, podemos afirmar que quando uma pessoa é entrevistada, a sua sensibilidade é contemplada, ela rememora e comenta o fato de acordo com a sua maneira de ver e sentir o acontecimento.

Pollak (1999) afirma que o problema para estudar a história da contemporaneidade é que seus arquivos ainda podem não ter sido abertos e que as fontes são bastante duvidosas. Duvidosas porque um indivíduo, ao contar uma história, poderá aumentar, inventar ou diminuir um fato sobre o que aconteceu com ele. Dessa maneira, a memória e a identidade se relacionam, seja na busca de identidades individuais ou coletivas na contemporaneidade. Pollak (1999) ressaltava que a História Oral, na perspectiva de uma memória de hierarquias, privilegia a análise dos excluídos, por isso a História Oral é um nicho da história que é importante e deve ser mais discutida e analisada, uma vez que ela prioriza tanto a memória coletiva como individual. De forma que podemos assinalar a sua contribuição para o estudo da História, pois são os relatos de pessoas que

vivenciaram a história de um passado recente que se faz História do Tempo Presente.

Alguns autores mostram que desafios são colocados para o estudo da História do Tempo Presente e que, ainda, há a discussão a respeito da sua legitimidade, que questiona se essa história pode ser acreditada ou desacreditada. Delgado e Ferreira (2010) chamam atenção para esses desafios e afirmam que a História do Tempo Presente enfrenta muitas dificuldades. Uma dessas dificuldades é a proximidade com o historiador em relação ao seu objeto de estudo, visto ser um testemunho do que está acontecendo naquele momento, o historiador é, assim, um protagonista dessa história. Esse é o ponto que, segundo as autoras, diferencia a História do Tempo Presente das demais, já que nas outras modalidades, os historiadores têm contato com o passado por meio das fontes arquivísticas de um tempo que pode ser considerado mais distante, longínquo.

De acordo com Delgado e Ferreira (2010), o tempo presente tem referência a um passado atual, algo que aconteceu há pouco tempo e é contemporâneo ao historiador. É sabido que a memória é uma reconstrução problemática do passado. Portanto, as autoras concluem que o uso da cronologia não é necessariamente algo bom ou ruim, mas que se pode entender com o texto “História do tempo presente e ensino da História”, é que uma das funções da História é despertar o senso crítico em seus leitores, o que a História do Tempo Presente pode fazer, por isso ela é possível de ser feita, ela pode e deve ser analisada.

Ferreira (2002) escreve a respeito da História do Tempo Presente e História Oral, e comenta que a História Oral já era valorizada e utilizada na Antiguidade Clássica, e nos lembra que a história apresentada dessa forma foi desqualificada no século XIX, quando se afirmava que a História deveria refutar qualquer vestígios de subjetividade (oralidade) para se tornar científica. Entretanto, essa modalidade foi retomada no século XX, mas, como afirma a autora, existem problemáticas permeadas na História do Tempo Presente.

Ferreira (2002) comenta que ainda permanece uma desqualificação de relatos e testemunhos orais. Esse juízo de valor negativo ocorre porque a História é conhecida tradicionalmente como o estudo do passado, por isso a problematização persiste ainda a respeito do estudo do tempo atual, a História do Tempo Presente. Ferreira (2002) comenta que:

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (FERREIRA, 2002, p. 321).

Quando Portelli (1997) escreve a respeito da História Oral, faz observações a seu respeito afirmando que a ela é uma narrativa, já que se colhem testemunhos de pessoas que narram suas experiências. O autor também defende que a História Oral tem credibilidade, mas que é uma credibilidade diferente para os historiadores; diferente das outras formas da História. Para ele, as fontes orais não são objetivas, são parciais, variáveis e artificiais. Isso se deve ao fato de que não há certeza da veracidade das fontes orais pois, como o autor menciona, as interpretações dos acontecimentos variam de pessoa para pessoa que constroem suas representações, baseadas em opinião pessoal, que podem ser construções artificiais.

De acordo com Portelli (1997) a respeito das problemáticas da História

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. [...] se considerarmos que a memória é um processo e não um depósito de dados poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas (PORTELLI, 1997, p.16).

Este excerto mostra como funciona a oralidade. Para além disso, Portelli (1997) afirma que a história é um processo individual e por isso ele prefere evitar o uso do termo “história coletiva”, comenta que a principal questão da História Oral é o respeito e a importância de cada sujeito. Mais do que isso, o autor comenta que pelo fato de a História Oral ser tão ligada ao contato interpessoal, impõe-se a necessidade de estudos mais aprofundados ao mesmo tempo que é uma oportunidade para que as pessoas entrevistadas, além de organizar suas ideias, possam expor momentos e experiências que viveram e que ficaram registrados em suas mentes.

Pelo exposto até aqui, podemos afirmar que a memória tem uma nítida importância no que diz respeito à História Oral e à História do Tempo Presente. Torna-se imprecidível perceber que ela compõe a História, é uma importante fonte e deve ser estudada como tal. Portanto, tanto a História do Tempo Presente quanto a História Oral devem ser valorizadas e analisadas. Na próxima seção será estudada a memória no contexto ditatorial de 1964-1985 no Brasil.

1.3 A MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Como já colocado nesse estudo, em 1964, a direita conservadora apoiou um golpe de Estado que estabeleceu o Brasil um regime marcado pela repressão violenta e censura. Mesmo assim, sabe-se que atualmente muitos jovens ainda clamam pelo retorno desse regime, apesar de não o terem conhecido ou vivido. O professor Juarez Costa Barbosa, quando entrevistado sobre o que pensa desse apelo de algumas pessoas que, na atualidade, pedem a volta do regime e o que diria a elas, assim responde:

Não há o que dizer para eles, porque isso é uma ignorância. Mas há o que dizer para a outra parte: vamos continuar a luta. Porque nesse momento as palavras não resolvem, mas causam reações. O tempo irá provar para eles a verdade, e a História é a ciência do tempo. A história é vida. Para mim foi a melhor coisa do mundo foi fazer o curso de História. Nunca me arrependi e na História eu me encontrei. (BARBOSA, entrevista à pesquisadora, 2021).

Como podemos perceber, o apelo à volta do regime ditatorial no Brasil por parte de algumas pessoas deixa aqueles que o viveram surpresos, assustados ou mesmo estarecidos. O professor responde-nos que não tem o que dizer a essas pessoas porque, segundo ele, alguém que possui esse pensamento desconhece de fato a História e, animadamente, convida a oposição, nesse momento, a resistir, e salienta a importância da História e do conhecimento para a promoção da consciência histórica como ação.

Esse mesmo questionamento sobre o desejo de alguns pela volta da ditadura no Brasil foi feito ao nosso outro entrevistado, o senhor Eustáquio, que diz:

Aos que desejam o retorno da ditadura (seja ela civil ou militar) eu digo que não é esse o caminho. Quantos pessoas jovens (e idosas) até hoje estão desaparecidas. Quantas mães choram a ausência do filho ou da filha que saiu para, por exemplo, comprar um pão e até hoje não retornou. Vamos lutar com todas nossas forças pela Democracia. Se vivêssemos aquela época (anos de chumbo) não estaríamos aqui, agora conversando. Em 2022 teremos eleições. Vamos escolher com muito cuidado os nossos candidatos. Vamos votar sem paixão. Com consciência pelo Brasil. (EUSTÁQUIO, entrevista à pesquisadora, 2021).

Na fala de Eustáquio podemos perceber que, devido sua experiência de militante estudantil contra o regime, consegue expor sua opinião, de forma enfática, sobre o que foi a ditadura e como era viver nesse período, apresentando-nos o sofrimento das famílias com o desaparecimento de seus filhos, a falta de liberdade imposta à sociedade, e conclama-nos a lutar pela democracia.

Em seus relatos, Eustáquio e Barbosa convergem seus pensamentos no que diz respeito a História e a ditadura, imposta ao país a partir do golpe de 1964. Mas, desenvolvendo raciocínios diferentes comentam e explicam suas experiências vividas no período. Através de suas memórias é possível compreender o que foi mencionado a respeito da memória da ditadura, ao mesmo tempo que nos permitem perceber como as pessoas, ao lembrar acontecimentos vividos, selecionam e reestruturam suas memórias para relatar conclusões acerca delas.

A respeito da memória, sabe-se que ela pode muitas vezes falhar ou mesmo divergir de uma pessoa para outra. Quando pergunto ao professor Barbosa se na ditadura, de fato, havia menos violência, menos criminalidade, ele responde que:

Não. A imprensa era censurada. Matava-se, torturava-se. Uma vez eu peguei um taxi e o taxista estava muito nervoso dizendo contra a anistia, dizendo que sofreu demais no período pois tinha que desenterrar defunto, e jogar em alto mar para que não se achasse os cadáveres. Foi um período terrível que eu estou com medo de voltar. (BARBOSA, entrevista à pesquisadora, 2021).

Essa pergunta se tornou necessária porque muitas pessoas que atualmente pedem a volta do regime ditatorial, o fazem porque propagou-se na sociedade uma fala afirmativa de que durante a ditadura no Brasil tudo era “melhor e tinha menos crimes e menos medo de andar na rua”. Entretanto, quando buscamos estudos de pesquisadores e pessoas que vivenciaram o regime, encontramos outras interpretações, já que quase todos ficam aterrorizados, assim como Barbosa, e com medo do seu possível retorno.

Quando perguntado sobre a repressão da ditadura, o professor Barbosa comenta que:

O Brasil teve um movimento muito forte, liderado pelo Partido Integralista Brasileiro. Era um Partido Fascista que saiu da Igreja Católica. Portanto, o Regime surgiu de um movimento católico: a Marcha com Deus pela Família, foi influenciado pelo Partido Integralista. Eu considero o regime de 64 puramente fascista. Veja, quais são as características do fascismo? Patriotismo exacerbado, a noção de Pátria começa a ser completamente explorada caracterizado também pelo fundamentalismo religioso, encontrado no governo de hoje. Nós estamos vivendo um período de um governo fascista. (BARBOSA, entrevista à pesquisadora, 2021).

O entrevistado nos mostra como o fascismo teria influenciado os governos ditatoriais da época, e como essa ideologia autoritária tem sido negativa para a atual conjuntura brasileira, porque o Brasil está vivendo um período em que as características supracitadas pelo professor Barbosa, estão cada vez mais presentes e recorrentes no país.

Como podemos perceber, o professor Juarez Barbosa menciona os governos autoritários da Ditadura e os correlaciona com o governo do atual presidente Jair Bolsonaro (PL), o que demonstra, também, como a memória se caracteriza porque ela pode se relacionar e vagar entre presente e passado e passado e presente. Por isso, fica a análise da ditadura e sua memória à luz das entrevistas realizadas e anexadas ao fim da monografia. Esse primeiro capítulo se relaciona com o próximo capítulo porque enquanto o primeiro aborda as questões da memória e da história oral, o segundo apresenta a memória e a repressão exercida pela ditadura ao olhar dos sujeitos históricos entrevistados.

CAPÍTULO II: A MEMÓRIA DA REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL-MILITAR OLHAR DE DOIS SUJEITOS HISTÓRICOS

O capítulo tem o escopo de mostrar, como especificado no título, alguns aspectos do Regime Civil-Militar, na perspectiva de dois entrevistados. A primeira parte do capítulo retoma a situação que antecede o golpe em 1964, na segunda parte traz a resposta do governo estabelecido contra os seus adversários: a repressão e a violência, também serão apresentadas as entrevistas realizadas em diálogo com os autores que estudaram a repressão do regime.

2.1 OS ANTECEDENTES DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Para abordar a Ditadura Civil-Militar torna-se importante entender os seus antecedentes para alcançarmos o intento de apresentar, neste trabalho, o período do Governo Civil-Militar, registrando a memória da resistência política.

A Ditadura Civil-Militar foi marcada por vinte e um anos de opressão e repressão à esquerda brasileira, que reagia a partir de representações artísticas, como músicas, teatros, manifestações e greves, além de guerrilha, como a Guerrilha do Araguaia. Portanto, para que haja uma melhor compreensão desse cenário, faz-se necessário o entendimento da conjuntura política da época, que ficou marcada pela violência extrema na visão de nossos entrevistados. A respeito da violência e repressão, Eustáquio comenta que:

Tinha muita repressão. O Brasil vivia, como disse o escritor Tristão de Ataíde⁵, um terror cultural. Mas não era só cultural, já que também imperavam terror estudantil, político....a consciência política da juventude brasileira. Vínhamos de governos nacionalistas. Juscelino e Jango. (EUSTÁQUIO, entrevista à pesquisadora, 2021).

Sobre o período da Ditadura Civil-Militar, reconhecida pela violência e repressão, Maia (2021) lembra que se iniciou no país

[...] um longo período de ditadura, com uso sistemático de violência de Estado e de graves violações de Direitos Humanos. Seriam 21 anos marcados por práticas de repressão como censura, aposentadorias compulsórias, perseguição aos opositores políticos, prisões clandestinas, torturas, desaparecimentos forçados, assassinatos. A ditadura civil-militar, no entanto, para além de instrumentos de repressão e censura, com a adoção

⁵ Alceu Amoroso Lima, com o pseudônimo de Tristão de Ataíde, foi um professor e crítico literário, além de líder católico, lutou contra a lei da censura do regime militar

de práticas de Terrorismo de Estado, também promoveu uma modernização autoritário conservadora com a participação ativa de diferentes grupos civis no interior do Estado. Ainda que as resistências ao regime tenham sido múltiplas, os processos de acomodação, ambivalência e consenso também nos ajudam a compreender a permanência de uma cultura política autoritária, inscrita na longa duração, e circulante na sociedade brasileira até os dias atuais. (MAIA, 2021, p.3).

Para retomar o cenário político-social que antecedeu o golpe de 1964, é importante retomar alguns aspectos do governo de Jânio da Silva Quadros. Quadros, que foi eleito presidente em 1960 pela União Democrática Nacional (UDN), assumindo o cargo em 1961, com João Goulart como vice. Entretanto, exerceu o ofício de presidente por pouco tempo, com a duração apenas de sete meses, governando com medidas consideradas esdrúxulas, e sem conseguir cumprir a promessa que o elegeu, qual seja, “varrer” a corrupção do poder, tirar e acabar com a corrupção na política brasileira.

É bom lembrar que Quadros era adepto a decretos relacionados à moral e aos bons costumes e, com esse discurso, ganhou o apoio de parcelas mais conservadoras da sociedade brasileira. No seu governo, destaca-se uma política externa mais audaciosa, a conhecida Política Externa Independente (PEI), que procurava dar maior autonomia para as relações internacionais do Brasil no cenário da Guerra Fria. Sobre a PEI, Cervo (2011) ressalta que:

Segundo Jânio Quadros, sua política externa assumira, de maneira realista, a defesa dos direitos brasileiros sem alinhamentos. Deveria ela ser própria do Brasil, não alinhada ou subsidiária da política dos outros países, e repousava na ideia de que estava em função de uma “política nacional de desenvolvimento”. Com poucas obrigações internacionais e não pertencendo o Brasil a qualquer bloco, reservava-se-lhe o direito de liberdade de decisões sobre casos específicos. A luta em prol do desenvolvimento e do aumento da produção impunham ao país a necessidade de ampliação de seus mercados, independentemente de preocupações ideológicas. (CERVO, p.336, 2011).

Entretanto, o presidente Quadros, sem maiores explicações à nação, renunciou em 25 de agosto de 1961. De forma que o seu governo teve curta duração, e seu vice, João Goulart, assumiu a presidência do país em uma gravíssima crise política. O mandato do governo de Quadros recebeu muitas críticas, pois o consideraram confuso devido às suas decisões políticas.

contraditórias. Quadros era antigetulista, ou seja, completamente contrário à política do ex-presidente Getúlio Vargas.

Segundo Boris Fausto (2013) em “A Vida Política”, Jânio Quadros venceu as eleições com 48% dos votos e ficou conhecido pelo termo “homem da vassoura”, porque ele dizia ter a intenção de “varrer” a corrupção no país e prometia acabar com a corrupção na política brasileira. Foi a primeira vez que um presidente tomou posse em Brasília, a nova capital do país. Ainda segundo o autor, Quadros, em seu governo, tomou medidas que agradavam tanto o lado conservador como o lado esquerdista do país, e tinha o escopo de conter os gastos públicos.

Após a renúncia de Jânio Quadros, seu vice, João Goulart, assumiu o poder. Entretanto, no momento dessa renúncia, Goulart estava em uma missão diplomática na China. Sabendo que a PEI era a política externa que estabelecia relações com todos os países independente de suas ideologias, então, não era proibido e sim compreensível que ele estivesse na China, estava, pois, exercendo a política do país. É importante também dizer que Goulart foi enviado a China pelo presidente Quadros, antes de sua renúncia.

Os militares souberam aproveitar esse oportuno momento – Quadros renuncia e seu vice Goulart encontrava-se na China comunista – para articular o golpe, ajudados pela conjuntura da Guerra Fria⁶. No cenário da Guerra Fria, o governo brasileiro teve uma postura de não alinhamento tanto com o bloco capitalista⁷ como com o comunista⁸. Essa postura deixou os Estados Unidos da América descontentes, já que eram os líderes do bloco capitalista, e os financiadores dos regimes ditatoriais que se instalavam na América Latina, em especial, no Brasil, como comenta o nosso entrevistado Antônio Eustáquio Coelho.

Quadros se mostrava um “antipolítico”, que não era como os outros políticos, colocava-se como alguém que fugia dos padrões seguidos pelos

⁶ A Guerra Fria foi uma divisão do globo em dois blocos: o comunista e o capitalista. Sendo o capitalista liderado pelos EUA e o socialista pela União Soviética. Nesse período, houve tensão geopolítica, mas sem confrontos diretos. O mundo era bipolar, existindo um antagonismo entre os dois blocos. Um importante marco da Guerra Fria foi a corrida armamentista. Com o enfraquecimento da URSS, e a queda do muro de Berlim, importantes momentos da Guerra, ocorreu o fim dessa tensão entre os blocos.

⁷ O mundo era dividido entre dois blocos. O bloco capitalista era aquele cujo líder era os Estados Unidos. Capitalismo é um sistema socioeconômico que tem a tendência de sempre visar o lucro, a acumulação de bens e riquezas. Baseado na propriedade privada, sua sociedade é dividida em classes.

⁸ O comunismo é uma organização socioeconômica e é uma ideologia. Ele objetiva a coletividade dos meios de produção e extingue o conceito de propriedade privada.

demaís, postava-se contrário à corrupção. Durante seu governo o mundo passava pela Guerra Fria e, devido à bipolaridade do mundo dividia-se entre capitalista e comunista. Para Quadros, o Brasil não deveria levar em conta essas ideologias, mas agir de forma independente, por isso no seu governo, a política externa seguiu um viés independente.

Jânio Quadros ficou conhecido ainda por uma marcante característica: sua adesão ao moralismo a partir de decretos, como as proibições das rinhas de galão e a utilização do traje biquíni em concursos de beleza. Apesar de todos estes fatos susomencionados, o então presidente ainda não tinha enfrentado nenhum crise. Todavia, no dia 25 de agosto de 1961, Jânio fez um bilhete escrito à mão alegando que “forças terríveis” estariam o impedindo de governar.

Posteriormente, Quadros decidiu elucidar ao Brasil sobre aquele seu conturbado ato político, que parecia não fazer sentido, seguem as palavras de Quadros sobre os motivos de sua renúncia:

A minha renúncia era pra ter sido uma articulação. Eu nunca imaginei que ela seria de fato aceita. Tudo foi muito bem planejado, organizado, por exemplo, eu mandei o vice-presidente João Goulart em uma visita oficial à China, o lugar mais longe possível. [...] Eu acreditava que não haveria ninguém para assumir a presidência. Eu pensei que os militares, os governadores e principalmente o povo nunca aceitariam a minha renúncia. Pensei que iriam exigir que eu ficasse no poder, porque Jango era inaceitável para a elite. Achei também que era impossível que ele assumisse porque todos iriam implorar para que eu ficasse. E eu renunciei no Dia do Soldado, porque queria sensibilizar os militares, conseguir o apoio deles. Imaginei que em primeiro lugar o povo iria às ruas seguido pelos militares. Os dois me chamariam de volta. Achei que voltaria para Brasília com glória. Ao renunciar eu pedi voto de segurança a minha permanência no poder, porque esse é feito frequentemente pelos primeiros-ministros lá na Inglaterra. Eu fui reprovado. E o país pagou um preço muito alto. Deu tudo errado. A renúncia foi uma estratégia política que não deu certo e também foi o maior fracasso político da história republicana do país, o maior erro que cometi. (MORAIS, Agência Senado, 2013).

Logo após sua renúncia, alguns de seus aliados chegaram a defender a ideia de que Quadros deveria novamente se candidatar à Presidência da República para, enfim, derrotar as tais “forças terríveis”. Segundo a Agência Senado (2011), no ano seguinte à renúncia, Jânio Quadros se candidatou ao governo de São Paulo, e por poucos votos não se elegeu. Durante o período ditatorial, Quadros teve seus direitos políticos cassados, e só voltou à vida política em 1986, após vencer nas urnas o adversário Fernando Henrique Cardoso e assumir a prefeitura de São Paulo.

Jânio Quadros morreu em 1992, aos 75 anos de idade e nunca foi encontrada nenhuma evidência da existência de "forças terríveis" contra o governo, e o ex-presidente nunca teria dado uma posição, justificativa ou afirmação que deixasse as pessoas cientes dessas forças, pois, de fato, elas não existiram. Tal posicionamento significaria descortinar o seu lado autoritário e antidemocrático, já que essa renúncia parece ter sido uma tentativa de golpe. Como ele ainda tinha planos eleitorais, sabia que não poderia fazer isso.

Após a renúncia de Quadros, seu vice, João Goulart, legalmente tomou posse, porém, Goulart estava na China apesar de assumir legalmente o governo, sofreu um golpe em 1964. O fato de Goulart estar na China preocupou a direita brasileira devido ao contexto geopolítico da época.

O governo de João Goulart (1961-1964), também conhecido como Jango, ficou conhecido como a primeira experiência democrática brasileira, e foi caracterizado por uma enorme tensão política e social. Com Goulart, tanto os sindicatos trabalhistas como os movimentos estudantis ganharam voz. Seu governo teve dois sistemas: o parlamentarista e o sistema em que foi interrompido pelo golpe de 1964. O primeiro, sistema parlamentarista, esteve em vigência apenas por um ano e dois meses e foram três os ministros de Goulart: Tancredo Neves, Brochado de Rocha e Hermes de Lima. Havia um grande problema durante esta fase que era a da inflação, que trazia tensão ao governo de Goulart. Portanto, essa fase durou pouco, sendo logo interrompida pelo golpe civil-militar que se mostrou violento desde seu início.

A respeito dos partidos vinculados aos ideais da esquerda, principalmente durante o governo de Goulart, Ferreira (2013) comenta que:

Nos poucos estudos sobre as esquerdas no governo Goulart, é muito comum a citação de alguns partidos e organizações que atuaram no período: o PCB, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Essas organizações são compreendidas como 'as esquerdas' da época. Existiram diversos partidos, organizações, movimentos e frentes de esquerda que atuaram no governo Goulart, mas que receberam escassas referências na bibliografia especializada. (FERREIRA;2013, p. 1117, 118).

A respeito de Goulart, o professor Barbosa comenta:

Eu considero João Goulart um dos maiores presidentes do Brasil. Guardo comigo coisas que João Goulart fez, por exemplo, na educação. Seus projetos com a educação bem como o ministro era uma notável figura. Mas é claro ele não teve firmeza o suficiente. Mas, eu não considero que o golpe foi propriamente um golpe militar, mas sim um golpe Civil-Militar. (BARBOSA, entrevista à pesquisadora, 2021).

Como comentado na introdução desse estudo, Goulart sofreu um golpe militar, apoiado pela classe média brasileira, pela mídia e pelos EUA. Na madrugada de primeiro de abril de 1964, os militares ocupavam o poder. As autoras Maria Paula Araújo, Izabel Pimentel da Silva, Desirree dos Reis Santos(2013), em “Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho”, destacam que

O golpe, deflagrado pelos militares, foi saudado por importantes setores civis da sociedade. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de Estados importantes — como Carlos Lacerda, da Guanabara; Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ademar de Barros, de São Paulo — e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à suposta ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica. O golpe também foi recebido com alívio pelo governo dos Estados Unidos, que não via com bons olhos a aproximação de Goulart com as esquerdas. (ARAUJO, SILVA, SANTOS; 2013, p. 15).

Ainda, de acordo com Araújo, Silva e Santos (2013), os políticos foram presos e tiveram seus mandatos cassados, mas, durante esses vinte e um anos, a oposição, composta por estudantes, intelectuais e artistas, era considerada uma ameaça ao regime. Para além disso, houve exílios, torturas, afogamentos e torturas psicológicas. Falar de tortura psicológica pode ser repetitivo, visto que toda tortura traz danos psicológicos permanentes, contudo, nesse caso, retrata-se o medo e as ameaças, por exemplo, o “pau-de-arara”, choque elétrico, dentre outros. Sobre as perseguições à esquerda brasileira, as autoras comentam que:

A vida no exílio fez parte das trajetórias de lideranças políticas e partidárias do pré-64, militantes da luta armada, lideranças partidárias de esquerda, artistas, jornalistas, intelectuais, bem como suas esposas, maridos e até mesmo crianças, que tiveram parte de sua infância fora do país de origem por consequência da perseguição política a seus pais militantes. O afastamento forçado do país e as angústias do exílio marcaram a vida dessas pessoas. Alguns morreram sem poder retornar ao país. Outros não suportaram essas dificuldades, ocorrendo inclusive casos de suicídios de brasileiros que viviam nessa situação. (ARAUJO, SILVA, SANTOS; 2013, p. 25).

Quando Delgado (2010) escreve sobre o governo de Goulart, comenta que o ex-presidente que sofreu o golpe militar porque suas políticas incomodavam as camadas conservadoras da sociedade brasileira:

Como presidente, João Goulart atuou, com firmeza, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Destacaram-se entre eles: a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu. (DELGADO, 2010, p. 126).

O fragmento citado nos informa sobre as principais camadas sociais que foram responsáveis pelo fim da democracia brasileira e a instalação da ditadura. Para além dos segmentos citados, cabe mencionar a imprensa que, na época, noticiava tanto o governo de Goulart como incentivava a Marcha da Família com Deus pela Liberdade,⁹ apresentando a intervenção militar como um ato necessário naquele momento da história do país ou como um golpe provisório que teria uma pequena durabilidade. O que de fato não ocorreu, já que o regime durou 21 anos.

Para além do que foi apresentado sobre os antecedentes do golpe militar de 1964, é sabido que a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) tem sido discutida, analisada e problematizada mesmo depois de ter completado, em 2021, trinta e seis anos, já que muito tem se discutido sobre sua volta.

⁹ Foi uma série de marchas que ocorreram quando João Goulart anunciou suas propostas de Reformas de Base. Contou com a participação de entidades femininas, religiosas, além de associações civis e de classe que queriam a deposição de Jango devido a uma “ameaça comunista”.

2.2 A RESPOSTA DO GOVERNO ESTABELECIDO: A REPRESSÃO E A VIOLÊNCIA

Este estudo procura demonstrar a repressão, a opressão e a violência do regime ditatorial àqueles que o contestavam, ou seja, estudantes, professores, jornalistas, comunistas dentre outros. Quando foram realizadas entrevistas com Antônio Eustáquio e Juarez Barbosa, pretendeu-se analisar suas vivências como regime, porém, experimentadas de formas diferentes. Enquanto Eustáquio era um estudante, Barbosa era um professor da Universidade Federal de Goiás.

Eustáquio, ao narrar suas experiências na militância estudantil comenta sobre o que motivou a sua prisão:

Eu fui preso por volta de 19:30 e 20:00 horas da noite. Participava de um protesto contra a ditadura. Estava na rua 4 abaixo do Augusto Hotel. Não tinha a Marginal, então ficamos encurralados, pegaram quem bem quiseram. Aconteceu em 18/08/1968. Fui levado pro DOPS¹⁰ e em seguida pra Polícia Federal. O motivo da minha prisão, como de tantos outros e outras: o fato de sermos comunistas. (EUSTÁQUIO, entrevista à pesquisadora, 2021).

Quando indagado sobre o uso da violência no momento de sua prisão, Eustáquio nos conta que:

No momento da minha prisão eu fui muito espancado. Tive a mão, na altura do dedo mindinho, cortado por uma baioneta. Pressão psicológica sim, houve bastante. Não havia preso político que não passasse por algum tipo de pressão, seja de uma forma ou de outra. (EUSTÁQUIO, entrevista à pesquisadora, 2021).

Pelo seus relatos pode-se perceber como a repressão e a violência perpetradas por aquele regime aos seus opositores foram exercidas pelo regime autoritário. Mauro Rubem, em “A Ditadura Militar em Goiás: depoimentos para a história” (2008), corrobora esse cenário contando-nos que:

A Ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, causou indescritíveis prejuízos ao conjunto da população de nosso país, embora as classes dominantes se iludam como saldo político e econômico que conseguiram à sombra dos quartéis. Ninguém deixou de ser direta ou indiretamente atingido pelas malévolas garras do regime militar, todas desenvolvidas a partir do golpe tramado e executado com a assessoria do governo os Estados Unidos, que calculou os seus efeitos em toda a América Latina. (RUBEM, 2008, p. 15).

¹⁰ Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi um órgão utilizado nas ditaduras do Estado Novo e na Ditadura Civil-Militar. Seu principal objetivo era de combater crimes de cunho político e social.

Em conformidade com Vitor Amorim de Ângelo, que escreveu “Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil”, para se defender do regime opressor, a esquerda armada, uma fração da esquerda brasileira, lutou bravamente contra o regime. Contudo, segundo o autor, a guerrilha não representou uma ameaça à ditadura de forma eficiente devido ao fato de que os militares estavam melhor armados, e que a guerrilha, como outras formas de oposição, embora tenha uma enorme importância para a história, não fez tanta diferença no quesito militar e ameaça à ditadura.

A narrativa do professor nos mostra que, na época, o terror era tamanho entre aqueles que temiam ser capturados como inimigos do governo. Demonstra também que nos dias atuais o medo do retorno de uma nova ditadura é real, principalmente para quem viveu o período.

De acordo com Carlos Fico (2002), a respeito da censura:

Do nosso ponto de vista, é possível distinguir a dimensão moral e a dimensão estritamente política seja na censura da imprensa, seja na censura de diversões públicas. Naturalmente, porém, prevalecia no caso da imprensa a censura de temas políticos, tanto quanto os temas mais censurados no caso das diversões públicas eram de natureza comportamental ou moral. Isso explica o porquê de a expressão “censura política” estar associada principalmente à censura da imprensa. (FICO, 2002, p.258).

Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso (2014), em “A repressão da ditadura militar durante o período de transição (1974-1979)”, nos diz que o objetivo do seu estudo foi analisar a repressão política exercida pelo Estado e comenta a transição iniciada, além de comentar os políticos cassados pela ditadura civil- militar.

Creuza Berg (2019), outra estudiosa do período, em seu livro “Mecanismos do silêncio: Expressões artísticas e censura do regime militar”, apresenta uma análise de como regimes autoritários se expressam. Conta-nos que o regime ditatorial brasileiro pós 1964 ficou marcado por uma polícia violenta, que se iniciou com o ingresso do sujeito na polícia. Os quarteis, segundo Berg (2019), incentivam o uso da força bruta, a obediência sem olhar a quem ou quem, era o chamado anti-intelectualismo.

Em “1964: História do Regime Militar Brasileiro”, Marcos Napolitano (2014) apresenta um turbilhão de acontecimentos nesses vinte e um anos de Ditadura no país. Entende o golpe como o “carnaval das direitas” e define essemomento como aglutinador de forças diversas movidas pelo receio do estabelecimento do comunismo que, para muitos, estava iminente. O autor questiona a afirmação de que a ditadura ter se iniciado de forma branda, para Napolitano (2014), isso é um mito, essa visão não se sustenta, ela é signatária da visão apresentada pela mídia liberal da época.

Napolitano (2015), em “Recordar é Viver: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”, mostra que:

Além da questão propriamente jurídica, outro desafio das democracias que substituem as ditaduras é conviver com duplo estatuto da “verdade” em processos de reconstrução da memória. Por um lado, há uma dimensão jurídica da verdade que é inquestionável, voltada para esclarecer crimes, sobretudo aqueles praticados pelos agentes de Estado, e localizar os corpos dos “desaparecidos políticos”. Por outro, há uma dimensão histórica, mais complicada de ser definida e encontrada, que se pauta pelo imperativo de narrar e analisar o processo de violência que se quer superar, de uma maneira que concilie as exigências éticas e metodológicas da historiografia, independente da sua coloração ideológica, e a função pedagógica de construir uma nova convivência democrática. (NAPOLITANO, 2015, p.14).

Observando essas palavras de Napolitano (2015), percebemos sua preocupação com a memória, pois analisa como ela é subjetiva, além de mostrar que não existe verdades absolutas, já que a memória pode ser relativa a quem vivenciou determinadas situações.

Quanto a repressão e o cerceamento da liberdade pelo regime ditatorial, o historiador Fico (2017) afirma que

A repressão por vezes deixava de combater determinados setores por causa do impacto negativo que isso teria na opinião pública ou por sua desimportância relativa. Por exemplo, a censura de diversões públicas preocupava-se menos com o teatro do que com a televisão ou o cinema porque o público das peças era menor. (FICO, 2017, p.23).

Como podemos ver, Fico (2017), ao escrever sobre a repressão e a censura na ditadura, nos mostra que determinados setores se safavam e outros não, de forma a não comprometer a legitimidade do regime estabelecido.

Daniel Aarão Reis (2000) mostra, em “Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade”, a necessidade de entender os parâmetros históricos do regime. Como já foi explicado sobre as lutas da esquerda, Reis também aponta que a

maioria dos opositores do regime eram moderados. O autor mostrou que no transcurso da Ditadura houve torturas e acusa a sociedade brasileira que desde sempre conviveu, sem preocupações, com a tortura no país.

Para além das análises de estudiosos apresentadas sobre torturas e censuras, vale ressaltar que os anos de chumbo (1968-1974) do governo de Emílio Garrastazu Médici ficaram conhecidos como os anos mais repressivos da Ditadura Civil-Militar. Foi o período em que mais se cassou, torturou e matou pessoas, além da censura aos meios de comunicação. É possível dizer que foram os anos de maiores tensões políticas repressivas à sociedade brasileira. Sobre a prática de torturas, a entrevista de um torturador, Alexandre Oltramari (1998), à revista Veja é estarrecidora:

A primeira coisa era jogar o sujeito no meio de uma sala, tirar a roupa dele e começar a gritar para ele entregar o ponto (lugar marcado para encontros), os militantes do grupo. Era o primeiro estágio. Se ele resistisse, tinha um segundo estágio, que era, vamos dizer assim, mais porrada. Um dava tapa na cara. Outro, soco na boca do estômago. Um terceiro, soco no rim. Tudo para ver se ele falava. Se não falava, tinha dois caminhos. Dependiam muito de quem aplicava a tortura. Eu gostava muito de aplicar a palmatória. É muito doloroso, mas faz o sujeito falar. Eu era muito bom na palmatória. [...] Você manda o sujeito abrir a mão. O pior é que, de tão desmoralizado, ele abre. Aí se aplicam dez, quinze bolos na mão dele com força. A mão fica roxa. Ele fala. A etapa seguinte era o famoso telefone das Forças Armadas. [...] É uma corrente de baixa amperagem e alta voltagem. [...] Não tem perigo de fazer mal. Eu gostava muito de ligar nas duas pontas dos dedos. Pode ligar numa mão e na orelha, mas sempre do mesmo lado do corpo. O sujeito fica arrasado. O que não se pode fazer é deixar a corrente passar pelo coração. Aí mata. [...] O último estágio em que cheguei foi o pau de arara com choque. Isso era para o queixo-duro, o cara que não abria nas etapas anteriores. Mas pau de arara é um negócio meio complicado. [...] O pau de arara não é vantagem. Primeiro, porque deixa marca. Depois, porque é trabalhoso. Tem demontar a estrutura. Em terceiro, é necessário tomar conta do indivíduo porque ele pode passar mal. (REVISTA VEJA, 1998, p. 42-53).

Depois de explicado minuciosamente as práticas de tortura, podemos perceber que a opressão, a maldade e a frieza do torturador era extrema. A descrição naturaliza a tortura, é como se fosse um ato corriqueiro que acontecia e que deveria ser feito. Para além dessa naturalização, deve-se ter um olhar sensível quanto à essência da prática. É de praxe que a tortura ocorra em regimes ditatoriais, no caso brasileiro, é verdade que muitas vezes os relatos de torturas são martirizados em textos podendo ser até repetitivo. Entretanto, torna-se imprescindível o entendimento e repetição desses fatos porque, falados sempre, pode ser que diminua as chances de naturalização do medo e da tortura.

Jaime Valim Mansan (2014), em “Subversivos: Ditadura, Controle Social e Educação Superior no Brasil (1964-1988)”, comenta sobre as diversas formas de repressão e cassação de direitos políticos como o expurgo, estigmatização e prisão, além de sequestro e a tortura seguida de morte. Mansan (2014) explica essas medidas repressivas que justificavam a ordem social e a permanência do regime de 1964. Para o autor, a repressão tornou-se fundamental para a manutenção do regime, porque a violência era o que mantinha a ditadura e o seu exercício.

A respeito da violência militar aos estudantes e militantes, o professor Barbosa comenta:

Bom, era uma ditadura. Uma ditadura criminoso e não queira saber o que era dar uma aula nessa época. Eu mesmo fui detido um dia. Era muito difícil dar aula e tinha duas pessoas ouvindo sua aula e relatando para o Serviço de Repressão, como era o comportamento dos professores na universidade e nas escolas, principalmente, públicas. Foi um regime terrível. (BARBOSA, entrevista à pesquisadora, 2021).

Em seguida, ao ser indagado sobre como era ministrar aulas, o professor responde:

Devia-se passar a mensagem de forma sutil. Eu deixava bem assinalado as questões de cada autor, como Santo Agostinho, Aristóteles e Platão, mas sem dar minha opinião. Quando chegava em Marx eu dava mais ênfase. Foi o período mais marcante da minha vida, o período militar. (BARBOSA, entrevista à pesquisadora, 2021).

As palavras do professor nos permitem imaginar como era tenso dar aula em um período de tamanha vigilância e repressão, quando se devia tomar sempre cuidado, porque os militares vigiavam as aulas de professores, principalmente, na área das Ciências Humanas.

A despeito da violência por parte dos militares, em resposta, os estudantes e intelectuais resistiam aos imperativos do sistema. Antônio Eustáquio nos conta que fez parte da Ação Popular (AP), um movimento estudantil contrário à ditadura.

A Ação Popular, também conhecida por AP, não era um grupo armado. Nenhuma arma era usada. O grupo tinha a filosofia da organização de primeiro conscientizar o povo da situação brasileira, da reforma agrária, de um ensino (de qualidade) público e gratuito. Ninguém pegava em arma pra lutar sem saber a razão, sem ideal. E todos e todas as militantes eram geralmente

estudantes, professores, intelectuais. Sempre os dirigentes de células que passavam para os outros membros do seu grupo o que foi tratado e as decisões que haviam sido tomadas. (EUSTÁQUIO, entrevista à pesquisadora, 2021).

Nilton de Oliveira (2014) explica que a AP foi uma organização política de esquerda, promovida pela Juventude Universitária Católica (JUC). A AP tinha o objetivo de contribuir para a revolução no país e implantar o socialismo no Brasil, e vale ressaltar que era uma organização de esquerda, mas desvinculada do Partido Comunista (PC). A União Nacional dos Estudantes (UNE)¹¹ se posicionava a favor das reformas de base propostas pelo governo de Goulart (1961-1964), principalmente a reforma universitária, já que o principal público, tanto da AP como da UNE, era de estudantes, majoritariamente universitários. Os militares matavam e torturavam quem pensava diferente e, de alguma forma, demonstrava seus descontentamentos contra a ditadura. Assim, para a manutenção desse regime repressivo, que se perseguia pessoas.

Logo após o golpe de 1964, a educação se tornou para os militares um problema a ser resolvido o mais rápido possível para garantir a ordem no país. Contudo, não havia consenso na sociedade quanto às propostas dos militares. Castro diz que:

Tal movimento quando visto pela classe dominante na maioria das leituras, era perceptível seu apoio em relação às idéias e projetos que a junta militar governista propunha. Já para as classes média e baixa, ambas eram extremamente contrárias aos atos do governo, provocando pequenas revoltas civis, greves, motins, dentre outros, onde percebiam o desejo do governo em "impor" a ordem nos países novamente. Dentre as várias modificações que a junta militar provocou, o campo educacional serviu extremamente limitado. Essas transformações se deram a partir de uma comissão que tinha como objetivo elaborar novas técnicas e procedimentos para que na visão do governo, o estudante passasse a exercer um papel contundente nas melhorias nos países. (CASTRO, 2015, p. 11).

¹¹ Significa União Nacional dos Estudantes e Sanfelice a descreve como uma entidade representativa dos universitários brasileiros. Nos anos 1960 teve um papel muito ativo como na renúncia de Jânio Quadros e foi bem ativa na ditadura brasileira de 1964-85.

A citação susomencionada mostra como as classes dominantes viam esses movimentos da esquerda brasileira quanto à ditadura e a respeito das revoltas civis, e como os estudantes teriam papel fundamental na melhoria do país.

Ainda com relação a educação, foi perguntado ao entrevistado Eustáquio como era a educação na época da ditadura, que assim respondeu:

Estudava no Lyceu na época. O ensino brasileiro era um dos melhores do planeta. Perdíamos só para a União Soviética. O nosso ensino tinha conteúdo, de qualidade. Qualidade esta que foi destruída pela ditadura de 64 através da reforma educacional, acabando dessa forma com a consciência política que nossa juventude havia adquirido até então. (EUSTÁQUIO, entrevista à pesquisadora, 2021).

Eustáquio nos mostra sua visão sobre a educação naquele período e, buscando as análises de Stampa e Ramos (2016) podemos compreender a importância da educação para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva:

A influência marxista para análise dos problemas sociais, tão temida pela ditadura de 1964, faz com que o ato de ensinar busque a raiz das desigualdades sociais, para além das aparências fenomênicas. Os debates sobre Gênero e Sexualidade nas escolas contribuem com a construção de uma sociedade mais tolerante, em que todos sejam respeitados independentemente da sua identidade sexual, além de contribuir para o autoconhecimento e o desenvolvimento humano. Por fim, constituir uma escola laica e democrática implica em não submeter o trabalho pedagógico às convicções religiosas dos pais. Dito isto, grande é a responsabilidade das universidades, espaço em que a maior parte dos docentes é formada, e da escola básica, em que a maior parte dos formados trabalha - por essa razão, o controle pedagógico das instituições de ensino, pretendido pelo Programa Escola Sem Partido, também tem objetivos para o ensino superior (STAMPA; RAMOS, 2016, p.268).

Como podemos perceber, a questão da violência durante a ditadura no país estava associada à censura, repressão e prisão de estudantes, pessoas consideradas comunistas e cassação de mandatos políticos. A censura também se fez presente nos meios de comunicação. A repressão e a violência, como demonstrado nesse capítulo, foram se tornando a forma de manutenção do regime ditatorial instalado no Brasil após o golpe de Estado de 1964. A ditadura ficou marcada por estes cerceamentos, o que a caracteriza, de acordo com os autores abordados, uma ditadura e não uma revolução.

¹² Agência Central de Inteligência Civil do governo estadunidense e foca em assunto externos e participa de pesquisas e investigações de atividades secretas,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado é composto de dois capítulos que analisam a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no Brasil, referenciada na perspectiva de Antônio Eustáquio Coelho e Juarez Costa Barbosa, já que ambos vivenciaram esse período de formas diferenciadas. O primeiro, como aluno do Colégio Lyceu de Goiânia (GO), o segundo, como professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), e mesmo com experiências diferentes, em seus relatos percebemos algumas similaridades na maneira de pensar, viver e sobreviver durante o regime ditatorial estabelecido no Brasil de 1964 a 1985.

O regime ditatorial ficou marcado pelo cerceamento da liberdade dos sujeitos, pela repressão e violência, com desdobramentos muito ruins para o país, e que não deve voltar a existir. Este trabalho teve como objetivo geral apresentar e desenvolver uma análise cujo recorte temático foi a repressão dos militares no contexto ditatorial. de 1964 para com aqueles que pensavam diferentemente do governo, como os chamados comunistas, intelectuais e grande parte dos estudantes. O trabalho conversou durante o seu desenvolvimento com autores que estudaram o tema e com as entrevistas realizadas.

No primeiro capítulo, História e Memória, procuramos demonstrar de acordo com autores, os atributos e problemáticas da memória, assinalando como ela é lacunar e até flutuante. Aborda também a História do Tempo Presente, sublinhando tanto a sua importância para os estudos históricos como os seus desafios aos historiadores e historiadoras. Para além da História do Tempo Presente, outra técnica de pesquisa utilizada foi a História Oral, que foi fundamental para a estruturação desta monografia.

No segundo e último capítulo, intitulado A Memória da Repressão na Ditadura Civil-Militar ao Olhar de Dois Sujeitos Históricos, foram apresentados alguns antecedentes do golpe de 1964 para melhor compreendermos esse evento. Dialogando com nossos dois entrevistados, apresentamos a repressão e a violência perpetradas de forma explícita pelos militares àqueles que se colocavam contra o regime.

O trabalho, portanto, analisou pontos significativos da História recente do Brasil, relacionados a um período ainda pouco estudado, procurando valorizar, através da História Oral, relatos de experiências vividas por dois protagonistas

desta história. A pretensão deste estudo foi contribuir tanto para o meio acadêmico quanto para o enriquecimento cultural de conhecimentos acerca da História como disciplina e do período da ditadura, para que esta seja melhor analisada e entendida. Para além disso, as entrevistas realizadas e anexadas objetivam conceder aos leitores um maior entendimento sobre a importância do estudo da História do Tempo Presente, mostrando que pessoas que vivenciaram esse período têm muito a nos dizer.

De acordo com Edmund Burke, “aqueles que não conhecem a História estão fadados a repeti-la”. Assim, espera-se que o trabalho possa incentivar o estudo da História, não somente discorrendo sobre seus conceitos, como História Oral ou História do Tempo Presente, mas, também, buscando conhecer um pouco mais a história da Ditadura de 1964 no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Célia Maria. **Memórias transcritas:** depoimentos. Goiânia. ANIGO/NDH-UFG, 2013.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006.
- ANDRADE, Flavio Lyra de. **Ação Popular e Assembleia Popular:** continuidades e descontinuidades na constituição do catolicismo da libertação. Pernambuco, 2012
- ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil.** São Carlos: UFSCar, 2011.
- ARAUJO, SILVA, SANTOS. **Ditadura Militar e Democracia no Brasil:** História, Imagem e Testemunho. Ponteio. Rio de Janeiro, J, 2013
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **História, memória e esquecimento:** implicações políticas. Open Edition, Rio de Janeiro 2007.
- BERG, Creuza. **Mecanismos do silêncio:** Expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). 2. Ed. São Paulo Autografia, 2019.
- BORIS, Fausto. **Olhando para dentro 1930-1964.** 1 Edição. Objetiva, 2013
- BRITTO JÚNIOR, A.F; FERES JÚNIOR, N.A **utilização da técnica de entrevista em trabalhos científicos.** Evidência (Araxá), 2011.
- CASTRO, Jéssica Rafaela Sousa. **História e civismo:** o ensino de moral e cívica na Ditadura Militar (1964-1985). UFU. Uberlândia, 2015.
- CARDOSO, Pedro. **A repressão política da ditadura militar brasileira durante o período de transição (1974-1979).** Orientador: Renato Luís de Couto Neto e Lemos. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Instituto de História, 2014. Monografia (Bacharel em História).
- CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2011.
- CODATO, Adriano Nervo. **Uma história política da transição brasileira:** da ditadura militar à democracia. Ver Sociol Plít. Curitiba, 2005.
- DELGADO, Luciola de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964:** memória, história e historiografia, 2010.
- FERREIRA, Jorge. O partido comunista brasileiro e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, 2013.
- FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; QUADRAT, Samantha Viz. **Trajetória de vida entre democracia e a ditadura.** Eduff, Niterói, RJ, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Rio de Janeiro, 2002.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e argumento**. Florianópolis, 2017.

FICO, Carlos. **“Prezada Censura”**: cartas ao regime militar. Topoi. Rio de Janeiro, 2002.

FIORUCCI, Rodolfo. História oral, memória, história. **Revista História em reflexão**. Curitiba, 2010.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. A história do tempo presente: reflexões sobre um campo historiográfico. **Cadernos do tempo presente**, São Cristóvão – SE, 2021.

MANSAN, Jaime Valentim. **Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)** Porto Alegre, 2014.

MAIA, Tatyana de Amaral. Intelectuais, diretas e a censura de diversões públicas na ditadura: tensões, acomodações e ambivalência (1967-1985). **Rev História**. Porto Alegre, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer**: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Nilson de. **A Ação Popular (AP) no Movimento Estudantil Universitário de Passo Fundo entre a implantação da ditadura militar e o AI-5**. Passo Fundo, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a História Oral. **Projeto História**. São Paulo, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. Projeto História. São Paulo, 1997.

RAMOS, Moacyr Salles. STAMPA, Inez. Subversão e resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola Sem Partido. **Espaço no Currículo**, 2016.

REIS, Aarão Daniel. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n 04, 2008.

RIBEIRO, Denise Felipe. **A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia**. Niterói, 2012.

SALLES, Pinheiro. **A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história**. Assembleia Legislativa, Comissão de Direitos Humanos. Goiânia, 2008.

SANFELICE, José Luís. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. **Simbio Logias**. 2015

TABLADA, Carlos. **O marxismo de Che Guevara e o socialismo no século XXI**. EDHASA. Panamá, 2015

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. Taubaté, São Paulo. 1986

VARGAS, Mariluci Cardoso de. **Vozes da ditadura: banco de testemunhos da história recente**. Porto Alegre/RS/Brasil, PPGH/LUPPA/UFRGS, 2020.

VEJA, **Entrevista** de Marcelo Paixão de Araújo a Alexandre Oltramari, 9 de novembro de 1998, p. 42-53.

ANEXOS

ANEXO A- Entrevista com Antônio Eustáquio Coelho

1- Qual o seu nome completo e sua data de nascimento?

R: Antônio Eustáquio Coelho. Nascido em 13/10/1946

2- O que o senhor estava fazendo em abril de 1964, o senhor lembra como foi o golpe?

R: Na época só estudava. O golpe foi patrocinado pela CIA. Aconteceu na madrugada de 01/04/1964, e não em 31/03/1964 como é divulgado

3- Como era a vida nesse período (ditatorial partir de 1964) e o que o senhor mais gostava da época?

R: Tinha muita repressão. O Brasil vivia, como disse o escritor Tristão de Ataíde¹³, um terror cultural. Mas não era só cultural, já que também imperavam terror estudantil, político.... A consciência política da juventude brasileira. Vínhamos de governos nacionalistas. Juscelino¹⁴ e Jango¹⁵.

4- Onde o senhor estudava e o que o senhor aprendia na escola que acha importante mencionar?

R: Estudava na Lyceu na época... O ensino brasileiro era um dos melhores do planeta. Perdíamos só para a União Soviética. O nosso ensino tinha conteúdo, de qualidade. Qualidade esta que foi destruída pela ditadura de 64 através da reforma educacional, acabando dessa forma com a consciência política que nossa juventude havia adquirido até então.

5- Quais músicas ouvia?

R: Beatles, música francesa, italiana, jovem guarda. Mas na vdd curtiemos muito mais a MPB, os festivais da MPB que estão na internet. Chico Buarque, Caetano Veloso, Nara Leão, Elis Regina, Gilberto Gil, Edu Lobo.

¹³ Alceu Amoroso Lima, com o pseudônimo de Tristão de Ataíde, foi um professor e crítico literário, além de líder católico, lutou contra a lei da censura do regime militar.

¹⁴ Juscelino Kubistcek, ou JK, que ocupou a presidência do país em 1956 até 1961.

¹⁵ Presidente que antecedeu o golpe militar mencionado durante o primeiro capítulo.

6- O que era a AP? e como eram suas reuniões? Eram frequentadas por pessoas que possuíam quais características?

R: A Ação Popular, também conhecido por AP, não era um grupo armado. Nenhuma arma era usada. O grupo tinha a filosofia da organização de primeiro conscientizar o povo da situação brasileira, da reforma agrária, de um ensino (de qualidade) público e gratuito. Ninguém pegava em arma pra lutar sem saber a razão, sem ideal. E todos e todas as militantes eram geralmente estudantes, professores, intelectuais. Sempre os dirigentes de células que passavam para os outros membros do seu grupo o que foi tratado e as decisões que haviam sido tomadas.

7- Quando o senhor entrou para a AP e por quê?

R: O ideal de ver o gigante adormecido acordar, continua sendo o meu maior sonho. O meu grande ideal, por isso entrei para a Ação Popular.

8- Conte o episódio mais marcante que ocorreu com o senhor durante o Regime Militar.

R: Uma determinada noite organizamos uma manifestação q iria sair do Lyceu (visto que o Lyceu era o carro chefe do movimento estudantil em Goiânia). A repressão (a polícia) soube da manifestação e fechou o colégio, cercando o Lyceu. Ninguém saia, e ninguém entrava. Acredito que não houve invasão do Lyceu porque o cerco tomou dimensão muito grande. A imprensa de todo País estava presente. Toda ação policial era registrada. Se a invasão tivesse ocorrido muita gente teria morrido naquela noite. Por fim, foi feito um acordo com um oficial do Exército e saímos. Ninguém foi preso ou morto. Inclusive eu que mesmo não estudando no período noturno estava lá, a noite, o que poderia gerar dúvidas ou questionamentos.

9- O senhor chegou a ser preso durante a ditadura. Comente o ocorrido, qual prisão, o que ocorreu, data, como se deu, por que foi preso...

R: Sim. Eu fui preso por volta de 19:30 e 20:00 horas da noite. Participava de um protesto contra a ditadura. Estava na rua 4 abaixo do Augusto Hotel. Não tinha a Marginal, então ficamos encurralados, pegaram quem bem quiseram .

Aconteceu em 18/08/1968. Fui levado pro DOPS e em seguida pra Polícia Federal. O motivo da minha prisão, como de tantos outros e outras: o fato de sermos Comunistas.

10- O senhor se sentira a vontade de contar se o senhor sofreu algum tipo de tortura física ou psicológica durante o período em que esteve preso?

R: No momento da minha prisão eu fui muito espancado. Tive a mão, na altura do dedo mindinho, cortado por uma baioneta. Pressão psicológica sim, houve bastante. Não havia preso político que não passasse por algum tipo de pressão, seja de uma forma ou de outra.

11- Por fim, qual recado o senhor daria aos jovens que almejam o retorno da Ditadura Militar? O que o senhor pensa disso?

R: Aos que desejam o retorno da ditadura (seja ela civil ou militar) eu digo que não é esse o caminho. Quantos pessoas jovens (e idosas) até hoje estão desaparecidas. Quantas mães choram a ausência do filho ou da filha que saiu para, por exemplo, comprar um pão e até hoje não retornou. Vamos lutar com todas nossas forças pela Democracia. Se vivêssemos aquela época (anos de chumbo) não estaríamos aqui, agora conversando. Em 2022 teremos eleições. Vamos escolher com muito cuidado os nossos candidatos. Vamos votar sem paixão. Com consciência. Pelo Brasil.

ANEXO B- Foto tirada e autorizada a publicar dia 30 de agosto do entrevistado Antônio Eustáquio Coelho



Figura 1 Fonte do autor

ANEXO C- Entrevista com Juarez Costa Barbosa

1- Qual o nome completo e a data de nascimento do senhor?

R: Juarez Costa Barbosa, nascido 7 de setembro de 1937.

O senhor estudou em qual Universidade e onde lecionou? **R:** Eu formei na antiga Universidade Católica de Goiás, hoje PUC Goiás e trabalhei na escola particular, no Lyceu de Goiânia e tenho concurso na UFG.

2- Eu estou entrevistando o Sr Eustáquio e ele mencionou uma noite no Lyceu que ficou marcada em sua memória, uma noite em que iriam manifestar mas não puderam pois a polícia chegou e impediu. O senhor lembra dessa noite?

R: Nunca ouvi falar dessa noite. Mas me lembro que, quando lecionava no Lyceu, aviões vieram com voo rasante em direção a praça cívica e a gente tinha a impressão que iria alcançar a escola. Me lembro bem da secretária do Lyceu desmaiou. Foi um momento de horror. Na praça cívica, haviam pessoas defendendo o governador Mauro Borges e os aviões tinham o objetivo exatamente de assustar quem estava na manifestação.

3- O senhor lembra de 1964? Do que o senhor estava fazendo? Na época, o senhor concordava com o Governo de João Goulart ou se concordou com o golpe?

R: Eu considero João Goulart um dos maiores presidentes do Brasil. Guardo comigo coisas que João Goulart fez por exemplo na educação. seus projetos com a educação bem como o ministro era uma notável figura. Mas é claro ele não teve firmeza o suficiente. Mas eu não considero que o golpe foi propriamente um golpe militar, mas sim um golpe Civil-Militar.

4- Seu pai, Amélio, era comunista. O senhor lembra como ele lutava e o que ele falava da ditadura?

R: Lembro exatamente e tenho muito orgulho disso. A gente morava em Catalão e em 1951, e chegamos em Goiânia. O Partido Comunista de Catalão era muito forte. E tinha o Cipriano que fazia reuniões periódicas do partido realizadas na minha casa. Na sala, era fixada na parede a imagem do Luis Carlos Prestes. E ali se tomavam as decisões do Partido. Inclusive o seu avô (vale ressaltar que Juarez é meu tio por parte de pai) era candidato vereador pelo partido e foi exatamente essa a causa da mudança para Goiânia pois tentaram contra a vida dele. Inclusive ele apresentou um projeto polêmico na câmara que foi quando tentara contra sua vida. Seus companheiros se armaram e foram defende-lo e

eu me lembro deles, José Clementino Borges simpatizante do partido. E o outro, Doutor Jacir Campos Neto, prefeito de Catalão preso pelo regime e morreu logo depois, uma grande pessoa. Esses dois, com mais alguns companheiros, foram armados. Meu pai tinha cultura e lia muito, foi um membro muito importante do Partido Comunista.

5- Qual foi a proposta polêmica que meu avô fez que o senhor acabou de mencionar?

R: Vou detalhá-la. Catalão produzia muita carne, essa carne era exportada de Catalão. Embora abatesse tanto gado não podia ser vendida na cidade. O projeto de lei do meu pai era que pudesse vender a carne na cidade. Quando se discutia essa lei, foi quando tentaram contra a vida do meu pai.

6- Qual era sua opinião sobre o regime militar na época? Isso mudou?

R: Bom, era uma ditadura. Uma ditadura criminosa e não queira saber o que era dar uma aula nessa época. Eu mesmo fui detido um dia. Era muito difícil dar aula e tinha duas pessoas ouvindo sua aula e relatando para o Serviço de Repressão, como era o comportamento dos professores na universidade e nas escolas principalmente públicas. Foi um regime terrível.

7- O senhor teve contato com a ditadura? Conheceu estudantes que eram a favor ou contra a ditadura?

R: Vou te contar um fato que aconteceu comigo em 66, eu tinha acabado de ingressar no corpo docente da UFG. Eu chegava muito cedo para dar aula. Eu vi que o auxiliar (porteiro), quando me viu chegando, acenou pra mim para que eu saísse mas eu não entendi. Quando eu aproximei, tinha um carro do exército que me perguntou quem eu era e meu nome. Isso era antes das 7 horas da manhã. Me levaram no quartel sem falar nada. Cheguei lá, me colocaram numa sala e me mandaram aguardar que o oficial falaria comigo. Eu cheguei as 7 no quartel e o oficial falou comigo meio dia. Ele fez perguntas sobre nomes de alunos e eu disse que havia acabado de chegar na faculdade. Ele disse que iria mandar me liberar. Mas na verdade, a hora que me liberaram já era de madrugada e me mandaram embora. Fui embora a pé meio perdido. Cheguei em casa já amanhecido o dia. Fiquei apavorado. Como que pegam uma pessoa assim sem explicar nada? Esse era o terror da época. Eu fazia um curso na

Aliança francesa junto com um professor, que foi preso e torturado mas fugiu do Brasil, ele esteve na União Soviética.

8- Como o senhor definiria a repressão?

R: O Brasil teve um movimento muito forte, liderado pelo partido integralista¹⁶ brasileiro. Era um Partido Fascista que saiu da Igreja Católica. Portanto, o Regime surgiu de um movimento católico: a marcha com Deus pela família, influenciado pelo partido integralista. Eu considero o regime de 64 puramente fascista. Veja, quais são as características do fascismo? Patriotismo exacerbado, a noção de Pátria começa a ser completamente explorado, caracterizado também pelo fundamentalismo religioso, encontrado no governo de hoje. Nós estamos vivendo um período de um governo fascista¹⁷.

10-O senhor foi em alguma manifestação?

R : Não, eu nunca fui militante. Nunca participei de partido político.

11- Como era a segurança da época? Tinha realmente menos violência como dizem?

R: Não. A imprensa era censurada. Matava-se, torturava-se. Uma vez eu peguei um taxi e o taxista estava muito nervoso dizendo contra a anistia, dizendo que sofreu demais no período pois tinha que desenterrar defunto, e jogar em alto mar para que não se achasse os cadáveres. Foi um período terrível que eu estou com medo de voltar.

12- Por que o senhor acha que pode voltar?

R: Os integralistas usavam camisa verde por isso eram chamados de camisa verdes. Hoje estão usando a camisa amarela.

13- Como era dar aula na época?

R: Devia-se passar a mensagem de forma sutil. Eu deixava bem assinalado as questões de cada autor, como Santo Agostinho, Aristóteles e Platão. Mas sem

¹⁶ Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento nacionalista, extremista e conservador que se inspirava no fascismo italiano de Mussolini cujo principal idealizador foi Plínio Salgado.

¹⁷ Fascismo é uma ideologia política, econômica e social. Se caracteriza pelo controle dos meios de comunicação de massa, concentração do poder do Estado e ultranacionalismo.

dar minha opinião. Quando chegava em Marx eu dava mais ênfase. Foi o período mais marcante da minha vida, o período militar.

14- O que o senhoralaria para as pessoas que apoiam a volta do Regime Militar?

R: Não há o que dizer para eles, porque isso é uma ignorância. Mas há o que dizer para a outra parte: vamos continuar a luta. Porque nesse momento as palavras não resolvem, mas causam reações. O tempo irá provar para eles a verdade e a História é a ciência do tempo. A história é vida. Para mim foi a melhor coisa do mundo foi fazer o curso de História. Nunca me arrependi e na História eu me encontrei.

ANEXO D- Foto tirada e autorizada a publicar dia 08 de maio de 2021 do entrevistado Juarez Costa Barbosa



Fonte: Do autor

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

As Congressos Nacionais.

*Nesta data, e por este instrumen-
to, deixando com o Ministro da
Justiça, as cópias de meu ato, re-
nuncio ao mandato de Presidente
da República.*

Brasília, 25-8-61 | *J. Quadros*

Carta escrita à mão pelo ex-presidente Jânio Quadros, em 1961.



Imagem elucida a luta contra o regime militar de 1964-1985



Foto cujo caráter principal é de destacar que a Ditadura foi assassina e repressiva.



Foto do atual presidente Jair Bolsonaro apontando para a imagem de Emilio Médici, o governo mais linha dura e repressivo da Ditadura